

## Educação Ambiental nas escolas: A legislação e sua prática

Cheily de Fátima Martins de Souza (UEPG) [cheilysouza@hotmail.com](mailto:cheilysouza@hotmail.com)  
Eugênio Maurício da Silva Neto (UEPG) [silvaneto10@hotmail.com](mailto:silvaneto10@hotmail.com)

### Resumo:

Diante das transformações que estão ocorrendo na sociedade nas últimas décadas, é evidenciado a importância da questão ambiental no cotidiano da população, uma vez que há um desafio constante em prover meios de conservar o meio ambiente e concomitantemente a qualidade de vida. Neste sentido, tem-se a Educação Ambiental como ferramenta na formação de verdadeiros cidadãos atuantes da sociedade e consequentemente a escola como peça principal deste processo. O trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa aplicada, utilizando como método o questionário respondido por alunos e professores de duas escolas do município de Arapoti, estado do Paraná. Os resultados apontaram que as escolas possuem uma educação ambiental estabelecida, porém é necessário mudar a forma como esta é aplicada, através da capacitação dos docentes, para que seja voltada para o dia a dia da população, com foco em problemas reais da comunidade, formando críticos cidadãos capazes de realizar mudanças para o benefício do planeta.

**Palavras chave:** Educação Ambiental, Meio ambiente e Legislação.

## Environmental Education at Schools: Law and Practice

### Abstract

In front of many changes that are happening in society in the last decades, it is evidenced the importance of environmental issues in everyday life of the population, since there is a constant challenge to keep the environment and concomitantly the quality of life. In this sense, there is the environmental education as a tool in the formation of true active citizens of society and consequently the school as main part of this process. The work was developed through applied research, using as a method the questionnaire answered by students and teachers from two schools in the town of Arapoti, Parana. The results showed that schools have an established environmental education, but it is necessary to change the way how it is implemented through of the teachers training, being directed to daily life of the population, with a focus on real problems of the community, creating critical citizens capable of making changes for the benefit of the planet.

**Key-words:** Environmental Education, Environmental e Law

### 1. Introdução

Ao longo dos tempos, a humanidade descobriu, conheceu, dominou e alterou a natureza para um melhor aproveitamento dos seus recursos. Instaurou outras formas de vivência, e, por consequência, novas necessidades foram aparecendo e os homens foram criando novas

técnicas para satisfazerem essas necessidades, a maioria delas advindas do consumo e da produção, fator marcante a partir da Revolução Industrial.

A reflexão sobre os costumes sociais, em um contexto marcado pela deterioração perene do meio ambiente e da biodiversidade, engloba uma necessária articulação com a criação de sentidos referente à Educação Ambiental (EA). Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

A aprovação da Lei nº 9.795/99 e do seu regulamento, o Decreto nº 4.281 de 2002, estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), segundo Effting (2007) trouxe grande expectativa, principalmente aos educadores, ambientalistas e professores.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997 p. 15), “[...] a educação ambiental deve ser compreendida enquanto meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais.”

Sendo a EA etapa fundamental para a conscientização dos indivíduos, esta pesquisa teve como finalidade expor a situação atual das escolas do município de Arapoti, Paraná, através da aplicação de um questionário aos alunos e professores de duas escolas particulares, tendo a EA na conjuntura escolar como temática.

Neste contexto, este estudo é de fundamental importância, pois permite compreender como a escola, enquanto instituição de ensino que gera a construção de saberes se posiciona frente ao desenvolvimento sustentável e aos problemas ambientais atuais.

Este trabalho visa propor sugestões para a melhoria da EA através da análise da pesquisa realizada. Sabe-se que a escola não é a única responsável pela conscientização e percepção da necessidade de conservação do planeta. Porém, relata Menezes e Martins (2013), a escola é um dos espaços em que este debate pode tornar fecundo, contribuindo significativamente para a mudança de atitudes.

Sua aplicação tem a extensão de auxiliar na formação da cidadania, de modo a ultrapassar o ensino tradicional, fomentando o crescimento do cidadão e conseqüentemente da nação, daí a sua importância. (SANTOS, 2007).

A Educação Ambiental torna-se uma questão prioritária para que as ações das famílias e da escola se alterem, se adequando às necessidades do meio ambiente. Os estudantes precisam deste contato, destas informações para resgatar a ligação com a terra e o meio ambiente que no atual momento é tratada como meio de exploração e lucro. (MENEZES; MARTINS, 2013).

## **2. Aspectos conceituais definidos sobre o escopo do estudo**

A referida seção contempla a fundamentação teórica da pesquisa, observando os principais conceitos aplicados, apresentando-se os seguintes itens: Meio Ambiente, Educação Ambiental enquanto lei e Educação Ambiental nas Escolas.

### **2.1 Meio ambiente**

Não é recente a preocupação com o meio ambiente, porém, nas últimas décadas do século XX ela entrou categoricamente na agenda do governo de muitos países e de vários segmentos da sociedade civil organizada. Atualmente, o meio ambiente é uma questão que ganhou as ruas, os auditórios, a imprensa e faz parte da fala de políticos, administradores, empresários, líderes sindicais, dirigentes de ONGs e cidadãos em geral. (BARBIERI, 2011).

Com a Revolução Industrial o homem começou realmente a transformar o planeta, a qualidade da água e a sua atmosfera. (SANTOS, 2007). A natureza passou a ser administrada como um "supermercado gratuito, com reposição infinita de estoque" afirma Effting (2007), gerando, entre outros, o esgotamento de recursos naturais, a destruição de ecossistemas e a perda da biodiversidade.

A Revolução Industrial é a marca do capitalismo que, ao alterar o sistema de produção, aumenta a margem de lucro do capitalista, gerando uma enorme poluição. Foi o ponto inicial para toda a problemática vivenciada nos dias de hoje. Ao longo dos três últimos séculos, o que o capitalismo acarretou para o meio ambiente era explicado pela oportunidade do progresso humano. (CUBA, 2010). Afligindo assim os mecanismos que sustentam a existência na Terra e evidenciando o modelo de desenvolvimento "insustentável" por trás desta realidade. (EFFTING, 2007).

Com a evolução da civilização e a urbanização, a percepção do ambiente alterou radicalmente e a natureza passou a ser entendida como "algo separado e inferior à sociedade humana" (EFFTING, 2007). No decorrer do século passado, para se suprir as necessidades do homem foi-se criando uma equação desbalanceada: retirar, consumir e descartar.

Chega-se na atualidade com a maior parte da população morando em centros urbanos. A água limpa é consumida e a suja descartada, o lixo diário é retirado das casas sem que as pessoas se preocupem em saber qual o seu fim. Na verdade a população em geral não consegue perceber a estreita conexão do meio ambiente, com o seu cotidiano (DONELA, 1997 apud EFFTING, 2007).

É evidente que o interesse em gestão ambiental tem aumentado em virtude de uma alteração nos caminhos da história humana, da maneira com que o ser humano planeja e administra o modo de produção de bens e serviços, que coloca, hoje, os temas ambientais como pauta de discussão entre os diversos meios. (SOUZA JABBOUR; CHIAPPETTA JABBOUR, 2013).

## **2.2 Educação ambiental enquanto lei**

O nascimento e o desenvolvimento da EA no ensino está relacionado ao movimento ambientalista, pois é fruto da conscientização dos problemas ambientais. A ecologia introduziu esta preocupação, surgindo a necessidade de se educar no sentido de preservar o meio ambiente. (SANTOS, 2007).

O passo inicial foi dado a partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilisi (EUA, 1977), segundo Jacobi (2003) inicia-se um imenso processo global orientado para gerar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a criação de conhecimento. Esse campo educativo tem sido fecundado transversalmente, isso tem propiciado a realização de experiências reais de EA de forma inovadora e criativa por diversos blocos da população e em diversos níveis de formação. Outros documentos internacionais guiam as ações da EA, como o Manifesto pela Vida e a Carta da Terra.

Afinal, a UNESCO e as Nações Unidas tiveram a iniciativa de implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), a qual reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da educação. (SORRENTINO; TRAIBER, 2007).

Sorrentino e Traiber (2007) relatam o vertiginoso crescimento da EA, nas instituições de ensino apontado nos resultados do Censo Escolar divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quando, a partir de 2001, incluiu uma questão: “a escola faz educação ambiental?” Em 2004 os dados mostraram a universalização da EA no ensino fundamental com um relevante número de escolas – 94,95% – que pronunciaram ter de algum modo a educação ambiental, seja por inserção temática no currículo, em projetos ou, até mesmo, uma minoria, em disciplina específica.

Na educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, o Órgão Gestor – especificamente o MEC – tem o dever de apoiar a comunidade escolar, professores, estudantes, direção, funcionários, pais e amigos – a se tornarem educadores ambientais com uma leitura crítica da realidade. (SORRENTINO; TRAIBER, 2007).

Leff (2001 apud JACOBI, 2007) salienta que só é possível resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas a partir de uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos. A educação ambiental admite assim a sua parte no enfrentamento dessa crise radicalizando seu dever com essas mudanças, indo em encontro com sua meta que de acordo com Barbieri (2011, pag. 82) é “desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente para atuar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais e novos problemas”.

### 2.3 Educação ambiental nas escolas

No Brasil, o parágrafo 1º, VI, do art. 255 da Constituição Federal, institui ao Poder Público a promoção da EA em todos os níveis de ensino. No entanto, apesar desta previsão constitucional, bem como o fato da EA já ser reconhecida mundialmente como ciência educacional e também recomendada pela UNESCO e a Agenda 21, pouco foi feito no Brasil para a sua implantação concreta no ensino. (SANTOS, 2007). Vale ressaltar de acordo com Lipai *et al.* (2007) que a constituição reconhece a qualidade de vida ambiental como bem supremo, crucial para a garantia da maior parte dos direitos individuais, sociais e difusos por estar relacionada à dignidade humana, à sustentabilidade da vida e ao desenvolvimento sadio da personalidade.

Em 1999 com a promulgação da Lei 9.795, que dispõe sobre a educação ambiental, esta tomou força, sendo regulamentada pela PNEA, resultado de um processo de interlocução entre governantes, educadores e ambientalistas. (CUBA, 2010; SANTOS, 2007). A citada lei define juridicamente educação ambiental como

O processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (art.1º) (BRASIL, 1999).

Na legislação educacional, ainda é superficial a menção que se faz à Educação Ambiental. Na Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, que organiza a estruturação dos serviços educacionais e estabelece competências, existem poucas menções à questão ambiental. O atual Plano Nacional de Educação (PNE) dispõe sobre os conteúdos pedagógicos obrigatórios para os currículos do sistema educacional brasileiro.

Segundo Lipai *et al.* (2007) a EA quando implementada no ensino fundamental e médio deve observar os preceitos da Lei nº 9.795/99. Esta lei não prevê penalidades ao poder público ou outros mecanismos que garantam seu cumprimento, mas, existem outros instrumentos jurídicos que podem garantir o direito a EA. Com o não cumprimento de promover a educação e de proteger o meio ambiente, o poder público pode estar violando tanto o direito à educação como o direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, podendo ser punido com base nos seguintes dispositivos: §2º, do artigo 208 da Constituição Federal; art. 68 da Lei nº 9.605/98, conhecida como Lei de Crimes Ambientais.

A cidade de Arapoti possui Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, onde cita na Seção IX Do Meio Ambiente, Art. 182, “O Município implantará nas escolas municipais, a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (Arapoti, 2013 p. 21). Em contato com o Departamento de Meio Ambiente foi informado que existem projetos voltados para a EA, inclusive foram realizadas palestras na semana do meio ambiente com um total de 530 alunos e ainda ressalta:

As ações são tanto como um projeto voluntário como um projeto necessário, necessitamos conscientizar o município de que cada um precisa fazer a sua parte, hoje vemos que falta nos moradores o cuidado com a cidade que moram, podemos ver que para alguns funciona da seguinte maneira, eu sujo, tem quem limpe então vou sempre sujar, vemos isso quando limpamos terrenos baldios, calçadas. Limpamos por exemplo hoje de manhã e hoje a tarde já está sujo, muitos pensam que essa é uma responsabilidade da prefeitura, e eu entendo isso como falta de conhecimento. Esperamos que com a ação de ir de bairro em bairro os moradores entendam que precisamos juntos preservar, cuidar da nossa cidade. (ARAPOTI, 2013).

Diante do exposto vemos que a escola é um local privilegiado para instaurar ligações e informações, como um meio para criar condições que estimulem os alunos a terem entendimentos e posturas de verdadeiros cidadãos, tendo conhecimento de suas responsabilidades e, principalmente, terem a percepção como integrantes do meio ambiente. (CUBA, 2010).

### 3. Material e métodos

A classificação da pesquisa pode ocorrer de diversas maneiras, conforme os requisitos seguidos. Para Prodanov e Freitas (2013) isto significa que podem existir vários tipos de pesquisa que variam conforme seus gêneros e suas peculiaridades próprias.

Do ponto de vista da natureza classifica-se como pesquisa aplicada, pois de acordo com Kauark (2010, p. 27) “objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Da forma de abordagem do problema trata-se de pesquisa quantitativa a qual traduz em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. (PRODANOV; FREITAS, 2013). Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas como a percentagem utilizada neste estudo.

Quanto aos fins é considerada descritiva, pois segundo Prodanov e Freitas (2013) tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, logo, não há interferência do pesquisador. Objetiva a descrever as características de determinada população. Utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados como o questionário, aplicado neste trabalho.



Quanto aos procedimentos é qualificada como levantamento, que envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer através de algum tipo de questionário. (KAUARK, 2010). Entre suas principais vantagens está o conhecimento direto da realidade.

A técnica de coleta de dados utilizada foi o questionário que de acordo com Prodanov e Freitas (2013) é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo respondente. “Permite explorar aquilo que o aluno conhece sobre o objeto de estudo possibilitando aproximar-se da vivência do mesmo quanto ao conhecimento que se espera que ele possua”. (CARDOSO, 2011).

Duas escolas particulares foram observadas, sendo um total de 123 alunos e 2 professores de Geografia. A faixa etária dos alunos variava entre 14 e 17 anos, sendo turmas do primeiro a terceiro anos do ensino médio. A aplicação do questionário teve como finalidade comprovar se as leis referente a EA estão sendo cumpridas pelas escolas do município.

O questionário contempla cinco perguntas com o intuito de avaliar o conhecimento dos alunos quanto a legislação ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e coleta seletiva. Aos professores foram direcionados dois questionamentos, com finalidade de saber por qual período no decorrer do ano letivo o docente aplica o tema EA em sala de aula e de que forma esses conceitos são transmitidos aos alunos.

#### 4. Resultados e discussão

Analisando a presença da EA no cenário escolar de duas escolas do Município de Arapoti, estado do Paraná, o principal enfoque é a conscientização dos alunos em relação às leis existentes que conceituam a EA buscando a construção da cidadania neste segmento.

Para que uma regra seja cumprida, primeiramente, ela deve ser conhecida. A comunidade deve conhecer a legislação para que possa exigir seus direitos e cumprir seus deveres. No primeiro gráfico observa-se que 76% dos alunos possuem conhecimento quando à existência de alguma lei que visa defender o meio ambiente.

**Tem conhecimento da existência de alguma lei que visa defender o meio ambiente de condutas ou atividades que o prejudiquem?**

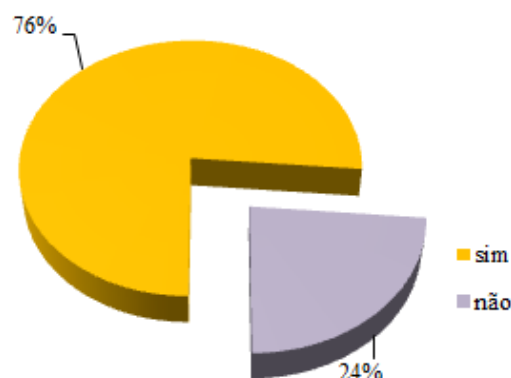


Gráfico 1- Conhecimento sobre legislação

Fonte- Adaptado de CARDOSO (2011)

Dia 26 de Janeiro comemora-se o dia da Educação Ambiental, período de férias nas escolas. O tema EA é trabalhado de forma mais significativa com os alunos no dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho). Esta data começou a ser comemorada em 1972, com a Conferência das Nações Unidas em Estocolmo sobre o ambiente humano. Todos os anos é lançado um tema diferente relativo a esta data. Sendo uma maneira de dar idéias para atividades de conscientização da população e de proteção do meio ambiente. O tema para o Dia Mundial do Meio Ambiente de 2013 é: "Pense - Coma - Poupe". Explica Achim Steiner, diretor executivo do PNUMA:

Reduzir o desperdício e a perda de alimentos é um desafio econômico, ético e ambiental que conduz para alguns dos maiores desafios de hoje, da fome e da nutrição à mudança climática, o desmatamento e a degradação do solo. Achim Steiner. (PNUMA, 2013).

A educação mostra-se como precursora do desenvolvimento para as nações, Mello (2012) explica que a conscientização deve surgir nos jovens estudantes para tornarem-se profissionais, no futuro, capazes de promover a sustentabilidade e o seu desenvolvimento. Seguindo este conceito, é possível evidenciar no gráfico abaixo que 82% dos alunos conhecem o tema desenvolvimento sustentável, uma vez que já ouviram falar de tal assunto em livros, revistas ou através da mídia.

**Você sabe o que quer dizer desenvolvimento sustentável?**

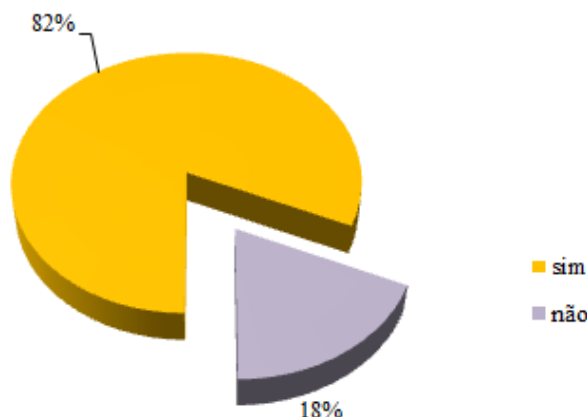


Gráfico 2 – Conhecimento sobre desenvolvimento sustentável

Fonte- Adaptado de CARDOSO (2011)

A EA deve ser de forma continuada e contextualizada para que os alunos construam uma base sólida em relação a preservação ambiental e possam exercer aquilo que aprenderam. No gráfico a seguir os alunos avaliam como o ensino de EA está inserido em seu ambiente escolar.

**Como você avalia o ensino de educação ambiental na sua escola?**

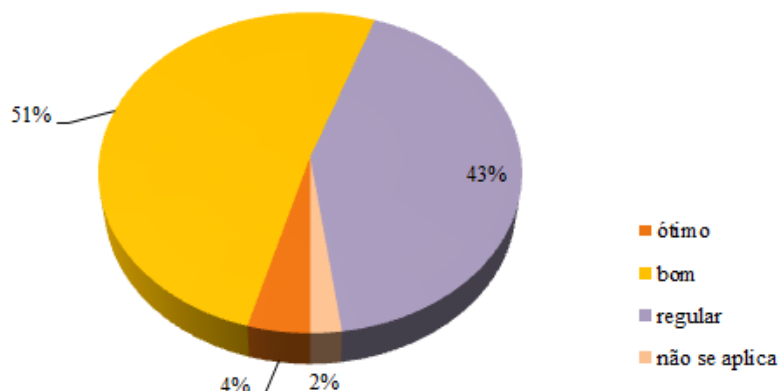


Gráfico 3 – Questionamento realizado aos alunos sobre a EA na escola

Fonte- Adaptado de CARDOSO (2011)

Verifica-se que os alunos classificam o ensino de EA como bom e regular, ou seja, deve ser aplicada de forma mais significativa. A EA não deve ser considerada uma interrupção nas atividades pedagógicas do cotidiano escolar. A temática ambiental pode ser inserida nos currículos de diferentes maneiras para se tornar mais atrativa como: atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora da sala de aula, projetos ou qualquer outra que coloque os alunos enquanto agentes ativos no processo de EA. À partir do momento em que o aluno passa a ter consciência do seu papel este exerce as práticas da EA dentro do próprio ambiente escolar como é o caso da coleta seletiva demonstrado no gráfico a seguir:

**Na sua escola existe coleta consciente?**

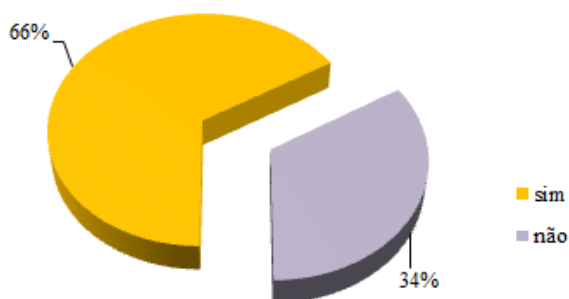


Gráfico 4 – Existência de coleta seletiva na escola

Fonte- Adaptado de CARDOSO (2011)

A maioria dos alunos (68%) relatam que existe coleta consciente nas escolas, porém o percentual que diz não haver é muito expressante, cerca de 34%. O mesmo acontece quando questionado sobre a coleta na casa do aluno. A escola deve ser o exemplo, além disso, implantando coletores adequados para cada resíduo no espaço escolar e promovendo palestras que expliquem a necessidade de uma separação correta, os alunos perceberão que pequenas atitudes podem fazer a grande diferença. Afirmando o conceito de Mello (2012), que a escola pode cumprir papel decisivo na propagação de conceitos e práticas sustentáveis para a busca



da harmonia do uso dos recursos naturais, necessários para a sobrevivência das gerações presentes e futuras.

**Na sua casa existe coleta consciente?**

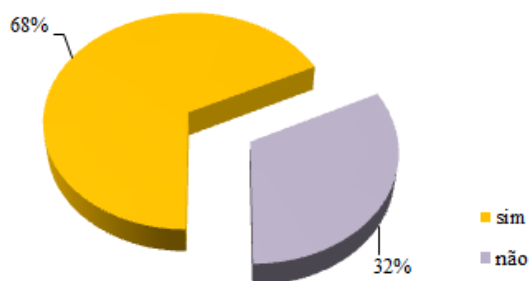


Gráfico 5 – Existência de coleta seletiva em casa

Fonte – A autora

Quanto aos professores estes responderam ao questionário possibilitando verificar como trabalham a EA dentro do meio escolar permitindo a busca pela resposta ao objetivo do referido trabalho.

De acordo com Oliveira (2007 apud CARDOSO, 2011, p. 20) “a partir do desenvolvimento da consciência ambiental nas crianças, através da mediação dos professores, pretende-se uma mudança na sociedade”. Ponderar a visão dos professores é primordial, pois estes tem o poder de desenvolver em seus alunos, hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país, sendo capazes de perceber que é possível promover mudanças. (SANTOS, 2007).

Grande parte dos educadores que trabalham o assunto EA não tem uma formação correta para o desenvolvimento de valores e de ações necessárias para um ensino adequado, uma vez que é necessário domínio do conhecimento para a aplicação de práticas efetivas para a inclusão da dimensão ambiental na escola. Por seguinte os docentes que não são formados adequadamente quanto a EA, explica Cardoso (2011, p. 22) “teriam dificuldade em entender como as ações e intervenções pontuais são responsáveis por práticas efetivas as quais devem ser incorporadas às práticas pedagógicas no meio escolar”. Pode-se verificar que 100% dos docentes assumem aplicar a temática mais de uma semana durante o ano.

**Durante o ano letivo você tabalha mais de uma semana falando com seus alunos sobre EA?**

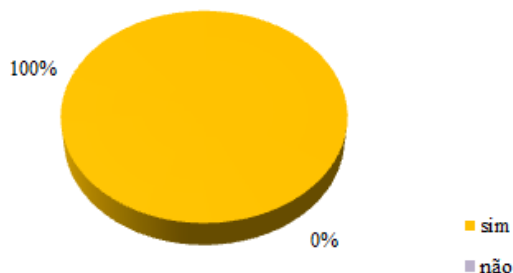


Gráfico 6 – Questionamento realizado aos professores sobre EA

Fonte- Adaptado de CARDOSO (2011)

Na próxima questão os professores podiam marcar mais de uma opção identificando de que forma é aplicada a EA aos alunos, sendo as mais destacadas o trabalho de pesquisa, que de acordo com Mello (2012) instiga o aluno a aprofundar-se no assunto, consegue adicionar informações com pesquisas levantadas fora da sala de aula, por meio de livros, na internet entre outras.

A visita às empresas da região também foi apontada significativamente sendo esta muito importante aos alunos, pois segundo Barbieri (2011, p. 83) “deve-se proporcionar conhecimentos sobre o meio ambiente principalmente quanto às influências do ser humano e de suas atividades”.

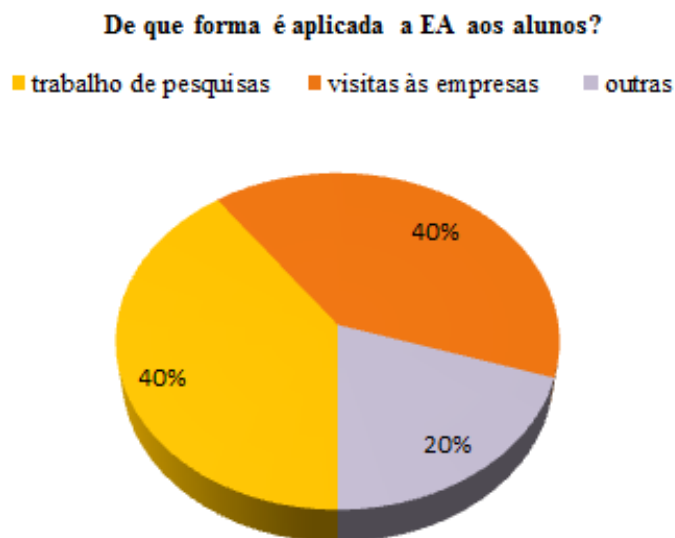


Gráfico 7 – Questionamento de como é aplicada a EA aos alunos

Fonte – Adaptado de MELLO (2012)

## 5. Conclusão

A lei reafirma o direito à educação ambiental a todo cidadão brasileiro comprometendo os sistemas de ensino a provê-lo no âmbito do ensino formal. Em outras palavras, poderíamos dizer que todo aluno na escola brasileira tem garantido esse direito, durante todo o seu período de escolaridade. Segundo o Censo Escolar do INEP, 94% das escolas do ensino fundamental, em 2004, diziam praticá-la. O que demonstra, em tese, que esse direito estaria garantido. Entretanto isso não quer dizer que ela está em concordância com o PNEA que orienta e traz definições, princípios e objetivos que podem ser instrumentos educadores para a comunidade escolar. Ainda é preciso qualificá-la aumentando as pesquisas, os programas de formação de professores e desenvolvendo indicadores para avaliação. (LIPAI *et al.*, 2007).

Através da declaração do Departamento de Meio Ambiente fica evidente a importância de comover a população para que atuem de modo responsável e com consciência, resguardando o ambiente saudável no presente e para o futuro. Para que possam exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade tanto local como global; e se modifiquem como pessoas, quanto nas suas relações com o ambiente. A educação transformadora relata Effting (2007, p. 2) “envolve uma visão ampla de mundo, [...] uma posição política e competência técnica para programar projetos a partir do aporte teórico e formador de profissional competente”.

Neste sentido, o trabalho pedagógico, logo, deve se centralizar nas realidades de vida social mais imediatas, ela define-se por adotar a gestão ambiental como fundamento educativo do currículo e por centrar-se na concepção da participação dos indivíduos na gestão dos seus respectivos lugares: seja a escola, a rua, o bairro, a cidade, enfim, o local das relações que mantém no seu cotidiano, fazendo um paralelo entre a formação escolar e a aplicabilidade no dia a dia dos alunos – teoria e prática. Compreendemos que o papel principal da educação ambiental é colaborar para que as pessoas adotem uma nova postura com relação ao seu próprio lugar. (CUBA, 2010; MENEZES; MARTINS, 2013; SANTOS, 2007).

Instituições de ensino preocupadas com a sustentabilidade podem garantir um bom nível de educação e de formação para os estudantes, sobretudo de mobilização e conscientização para enfrentar os desafios do futuro. (MELLO, 2012). Para tal, os docentes devem ser capacitados para este fim, para que tenham condições de trabalhar os problemas socioambientais da atualidade.

Há que se formular uma proposta de ensino e formação que pense a problemática além da escola e prime pela formação integral do ser humano. Pensar a educação ambiental como idealiza a Política Nacional de Educação Ambiental, no sentido de promover a articulação das práticas educativas focadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais. (MENEZES; MARTINS, 2013).

Verifica-se a necessidade de novas pesquisas aplicadas sobre o tema, visto que a educação ambiental é um assunto imprescindível, envolvendo interesses ambientais e sociais como um todo. Espera-se que esse estudo contribua para o desenvolvimento da temática ambiental nas escolas, aprofundando as constatações observadas.

## Referências

**ARAPOTI. Prefeitura Municipal.** *Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990.* Dispõe sobre a Lei Orgânica do município de Arapoti. Disponível em <http://www.arapoti.pr.gov.br/>. Acesso em 06 de jul. de 2013.

**ARAPOTI. Prefeitura Municipal.** *Educação Ambiental no Município.* Arapoti, 2013.

**BARBIERI, José Carlos.** *Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.* 3°. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

**BRASIL.** Ministério do Meio Ambiente. *Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999.* Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

**BRASIL. Ministério do Meio Ambiente.** *Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 02 jul. 2013.

**CARDOSO, Kênia Mesquita.** *Educação Ambiental nas Escolas.* 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, 2011.

**CUBA, Marcos Antônio.** *Educação Ambiental nas Escolas.* ECCOM, Rio de Janeiro, 1 (2), p. 23-31, jul/dez., 2010.

**EFFTING, Tânia Regina.** *Educação ambiental nas escolas públicas: realidade e desafios.* Monografia (Pós-Graduação em Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cândido Rondon -PR, 2007.

**JACOBI, Pedro.** *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.* Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro, 118, p. 189-205, mar. 2003.

MELLO, M. F. de; SANTOS, A. B. dos; MORAES, E. A., QUADROS, J.W. de; SCHMIDT, A. S. *A contribuição do docente do ensino fundamental e médio como facilitador da educação para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.* In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2012, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: UTFPR, 2012. p. 1-10.

MENEZES, Fábio de Assis; MARTINS, Leandro Dias. *A importância da Educação Ambiental no Contexto Escolar.* Disponível em <http://fetagro.org.br/wp-content/uploads/2012/07/A-importancia-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental-no-Contexto-Escolar.pdf> Acesso em 01 jul. 2013.

KAUARK, F B. da; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H., *Metodologia da Pesquisa: um guia prático.* Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P.; PEDRO, V. V. *Educação Ambiental na escola: tá na lei.* In Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) – Ministério da Educação. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.* Brasil, UNESCO:2007. p. 24-33.

PCN. *Parâmetros Curriculares Nacionais.* Disponível em [http://www.educacional.com.br/legislacao/leg\\_vi.asp](http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_vi.asp) Acesso em 04 jul. 2013.

PNUMA. *Dia Mundial do Meio Ambiente 2013 reforça campanha contra o desperdício de alimentos.* Disponível em [http://www.pnuma.org.br/noticias\\_detalhar.php?id\\_noticias=1468](http://www.pnuma.org.br/noticias_detalhar.php?id_noticias=1468) Acesso em 04 jul. 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.* 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Elaine Teresinha Azevedo dos. *Educação ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio.* Monografia (Pós-Graduação em Educação Ambiental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2007.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel. *Políticas de Educação Ambiental do Órgão Gestor.* In: *Vamos cuidar do Brasil.* Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) – Ministério da Educação. Brasil, UNESCO, 2007. p.14-22.

SOUZA JABBOUR, A. B. L de; CHIAPPETTA JABBOUR, C. J. *Gestão Ambiental nas Organizações: fundamentos e tendências.* São Paulo: Atlas, 2013.

## ANEXO

### Questionário para alunos

- 1) Tem conhecimento da existência de alguma lei que visa defender o meio ambiente de condutas ou atividades que a prejudiquem? ( ) Sim ( ) Não
- 2) Você sabe o que quer dizer desenvolvimento sustentável? ( ) Sim ( ) Não
- 3) Como você avalia o ensino de educação ambiental na sua escola?  
( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Não se aplica
- 4) Na sua escola existe coleta consciente? ( ) Sim ( ) Não
- 5) E na sua casa, existe coleta consciente? ( ) Sim ( ) Não

### Para os professores:

- 1) Durante o ano você trabalha mais de uma semana falando com seus alunos sobre Educação Ambiental? ( ) Sim ( ) Não

Adaptado de CARDOSO (2011)